

Popular Capital, S.A. manifesta que este documento é uma tradução do resumo da Nota de Valores da Emissão de Obrigações Subordinadas Necessariamente Permutáveis I/2010, à língua portuguesa, tendo sido inscrito na “Comisión Nacional del Mercado de Valores” (CNMV) a 18 de Novembro de 2010. Popular Capital assume a responsabilidade da tradução e indica que a versão oficial da documentação é a que está na língua espanhola. Por tanto, no caso de surgir alguma discrepância entre as versões em espanhol e português, prevalecerá a versão em espanhol.

## I. RESUMO

Resumem-se, a seguir, as principais características e os riscos essenciais associados ao emitente, ao garante e da presente Nota de Valores, relativa à emissão das Obrigações Subordinadas Necessariamente Permutáveis I/2010 (as “**Obrigações Permutáveis**”) emitidas pelo Popular Capital, S.A. (o “Emitente”), garantidos pelo Banco Popular Español, S.A. (o “Garante”). As Obrigações Subordinadas Necessariamente Permutáveis I/2010 serão permutáveis por Obrigações Subordinadas Necessariamente Convertíveis do Banco Popular Español, S.A., I/2010 (as “**Obrigações Convertíveis**” ou as “**Obrigações Subordinadas Necessariamente Convertíveis**”) que, por outro lado, serão necessariamente convertíveis em acções ordinárias de nova emissão do Banco Popular Español, S.A. (as “**Acções**”). O presente Resumo, a Nota de Valores assim como a documentação que se anexa para referência serão referidos conjuntamente como o “**Prospecto**”.

O Resumo, a Nota de Valores e os suplementos que, assim for o caso, forem publicados, complementar-se-ão com o Documento de Registo de Acções do Banco Popular Español, S.A. (o “**Garante**”, “**Grupo Banco Popular**” ou o “**Banco**”) (Anexo I do Regulamento (CE) Nº 809/2004 da Comissão de 29 de Abril de 2004) inscrito nos registos oficiais da Comissão Nacional do Mercado de Valores a 8 de Julho de 2010 assim como o Documento de Registo do emitente (anexo IV do Regulamento (CE) Nº 809/2004 da Comissão de 29 de Abril de 2004) inscrito nos registos oficiais da Comissão Nacional do Mercado de Valores a 4 de Março de 2010.

Expressamente, faz-se constar que:

1. Este Resumo deve ser lido como uma introdução ao Prospecto.
2. Toda e qualquer decisão de investir nas Obrigações Subordinadas Necessariamente Permutáveis devem estar baseadas na consideração, pelo investidor, do Prospecto no seu conjunto.

Deste Resumo ou da informação nele contida não derivará nenhuma responsabilidade civil, incluída qualquer uma das suas traduções, para qualquer pessoa responsável pelo seu conteúdo, a não ser que o Resumo resulte ser enganoso ou inexacto ou incoerente ao ser lido conjuntamente com as restantes partes do Prospecto.

## 1. FACTORES DE RISCO

### 1.1. Factores de risco das obrigações subordinadas necessariamente permutáveis

Antes de adoptar a decisão de subscrição das Obrigações Subordinadas Necessariamente Permutáveis objecto da presente Nota de Valores, os investidores deverão ponderar, entre outros, os factores de risco que se indicam a seguir.

#### Risco de não recebimento das remunerações

Em cada Data de Pagamento trimestral da Remuneração, o Emitente, mediante prévia conformidade do Garante, decidirá por si mesmo o pagamento desta ou no caso de não declarar a retribuição, a abertura de um Período de Permuta Voluntária trimestral ou um Período de Permuta Necessária Total ou Parcial a opção do Emitente, este último a partir do primeiro ano e seguindo o estipulado no capítulo 4.6.3. (A) seguinte.

Adicionalmente, o Banco de Espanha poderá exigir o cancelamento total ou parcial do pagamento da remuneração. Neste caso, será aberto um Período de Permuta Voluntária trimestral condicionado.

Assim, os titulares das Obrigações Subordinadas Necessariamente Permutáveis em Acções do Banco Popular Español, S.A. I/2010 não receberão a Remuneração assegurada.

Os motivos pelos quais o Emitente, o Garante e o Banco de Espanha cancelarão o pagamento da remuneração basear-se-ão no estado da situação financeira e de solvência da entidade de crédito ou matriz, ou na do seu grupo ou subgrupo consolidável ou pela ausência de Resultado Distribuível ou incumprimento dos coeficientes de recursos próprios exigíveis ao Grupo Banco Popular segundo se estabelece no capítulo 4.6.1(B) da Nota de Valores.

O cancelamento do pagamento da remuneração decidida pelo Garante, ou exigida pelo Banco de Espanha, não se considerarão obrigações para efeito de determinar o estado de insolvência do devedor ou de falta de capacidade para o pagamento das suas obrigações, de acordo com o previsto na Lei 22/2003, de 9 de Julho, Concursal.

Adicionalmente, no caso de se produzir uma alteração na legislação espanhola, ou da aplicação oficial ou interpretação de ditas leis que implique que as Obrigações Subordinadas Necessariamente Permutáveis ou as Obrigações Subordinadas Necessariamente Convertíveis deixem de ser consideradas como Recursos Próprios Básicos, assim como no caso de se produzir uma alteração de legislação fiscal, pela qual o Emitente não tenha direito a considerar como despesa dedutível qualquer retribuição efectiva que deva fazer ou se o valor de dita dedução para o Emitente se reduzisse de forma substancial, o Emitente, abrirá um Período de Permuta Necessária Total com os atributos detalhados no capítulo 4.6.3.(A)2, notificando-se aos titulares das Obrigações Subordinadas Necessariamente Permutáveis e à CNMV, sendo esta notificação irrevogável. Neste pressuposto, os titulares de Obrigações Permutáveis receberão a retribuição correspondente.

As Obrigações serão necessariamente permutáveis em Obrigações Subordinadas Necessariamente Convertíveis em Acções que serão emitidas pelo Banco Popular Español, S.A. e subscritas integralmente pelo Popular Capital, S.A. para atender, em cada data de permuta voluntária ou necessária, aos pedidos remetidos pelos investidores. As Obrigações Subordinadas Necessariamente Convertíveis, com a intenção de satisfazer os pedidos de permuta das Obrigações Permutáveis, converter-se-ão em acções do Banco Popular Español, S.A. de nova emissão, salvo nas condições do capítulo 4.3.6. (H), as quais serão entregues aos titulares de Obrigações Subordinadas Necessariamente Permutáveis.

Se, numa determinada Data de Pagamento, o Emitente não pagar integralmente a Remuneração, o Banco Popular Español, S.A. não poderá igualmente pagar dividendos nem realizar outras distribuições aos seus accionistas, nem adquirir ou amortizar acções próprias (com determinadas excepções indicadas no capítulo 4.6.1(A)).

O menor dos lucros distribuíveis dos últimos três anos foi de 780.347 mil euros em 2009 (contas consolidadas), 891.736 mil em 2008 (contas individuais) e 890.970 mil euros em 2007 (contas individuais). Em termos teóricos, supondo que a emissão tivesse tido lugar em 01 de Janeiro de 2010 e tivesse sido colocado o montante inicial, a remuneração total paga a esta Emissão, a outras emissões de obrigações permutáveis e a emissões de participações preferenciais (ou títulos similares) da Emitente com a garantia do Banco Popular Español, SA, representaria 15,03% dos lucro distribuível do exercício de 2009 do Grupo Banco Popular Español, SA. Caso a emissão fosse ampliada para o máximo permitido (500 milhões de euros) a carga teórica seria de 16,06%.

Considerando os 354.556 milhares de euros (Resultado Distribuível obtido a 30 de Junho de 2010) o peso dos custos financeiros em consequência das emissões em circulação e a própria emissão de Obrigações Subordinadas objecto da presente nota de valores

pressuporia uma carga financeira de 19,27% para uma emissão no montante de 400.000.000 euros e de 21,52% para o valor máximo da emissão de 500.000.000 euros.

Se efectuarmos os mesmos cálculos considerando o Resultado Distribuível a 30 de Setembro de 2010 de 531.401 milhares de euros, os custos financeiros gerados por uma emissão no valor de 400.000.000 euros seriam 12,89% e 14,39% se se emitir o valor máximo de 500.000.000 euros.

### **Carácter subordinado**

#### **Carácter subordinado das obrigações subordinadas necessariamente permutáveis**

**Graduação de preferência das Obrigações em relação às restantes obrigações do Emitente:** nos pressupostos de liquidação ou dissolução do Popular Capital, S.A., as Obrigações situam-se, em ordem de preferência de crédito:

- (a) depois de todos os credores comuns e subordinados do Emitente,
- (b) depois das Participações Preferenciais ou valores mobiliários equiparáveis que o Emitente tenha emitido ou venha a emitir;
- (c) a mesma ordem de preferência de crédito (*pari passu*) que as restantes emissões de obrigações convertíveis, obrigações permutáveis ou outros valores convertíveis equiparáveis do Emitente; e
- (d) antes das acções ordinárias do Emitente.

**Ordem de preferência de crédito dos compromissos do Garante face à Garantia prestada às Obrigações:** os compromissos do Garante situam-se na seguinte ordem de preferência de crédito face à Garantia:

- a) depois de todos os credores comuns e subordinados do Banco Popular Español, S.A.;
- b) depois das Participações Preferenciais ou valores mobiliários equiparáveis que o Banco tenha emitido ou possa emitir por si mesmo ou qualquer uma das suas Filiais, assim como das obrigações derivadas das garantias que o Banco tenha prestado ou possa prestar relativas às Participações Preferenciais ou valores mobiliários equiparáveis emitidas pelas suas Filiais;
- c) a mesma ordem de preferência de crédito (*pari passu*) que as restantes emissões de obrigações convertíveis, obrigações permutáveis ou outros valores mobiliários convertíveis equiparáveis do Emitente
- d) antes das acções ordinárias do Banco Popular Español, S.A.

#### **Carácter subordinado das obrigações subordinadas necessariamente convertíveis**

**Ordem de preferência de crédito das Obrigações em relação aos restantes compromissos do Banco Popular Español, S.A.:** no pressuposto de liquidação ou dissolução do Banco Popular Español, S.A., as Obrigações situam-se na seguinte ordem de preferência de crédito:

- a) depois de todos os credores comuns e subordinados do Banco Popular, incluindo outras séries de obrigações do Banco Popular com melhor classificação do que as Obrigações Permutáveis, que o Banco Popular possa emitir no futuro,
- b) depois das Participações Preferenciais ou valores mobiliários equiparáveis que o Banco Popular possa emitir no futuro assim como das obrigações derivadas das garantias prestadas pelo Banco Popular relativamente às Participações Preferenciais ou valores mobiliários equiparáveis emitidos pelas suas Filiais
- c) a mesma ordem de preferência de crédito (*pari passu*) que as restantes emissões de obrigações convertíveis, obrigações permutáveis ou outros valores convertíveis equiparáveis, e
- d) antes das acções ordinárias do Banco Popular.

A partir do momento da conversão das Obrigações Subordinadas Necessariamente Convertíveis em acções, estas situar-se-ão ao mesmo nível do que as acções ordinárias do Banco Popular Español, S.A. depois de todos os credores comuns e subordinados do Banco Popular Español, S.A. e depois das Participações Preferenciais ou valores mobiliários equiparáveis que o Banco Popular Español, S.A. tenha emitido (ou garantido) ou possa emitir (ou garantir).

No caso de se produzir a liquidação (mediante qualquer operação societária diferente da fusão, cisão e cessão global do activo e passivo), redução de capital social do Emitente ou do Banco Popular Español, S.A., individual ou simultaneamente com o Emitente, nos termos do artigo 343 da Lei de Sociedades de Capital ("**LSC**"), o concurso do Emitente ou do Banco Popular Español, S.A., voluntário ou necessário, ou qualquer outro motivo não possibilitasse a conversão em Acções das Obrigações, qualquer direito dos titulares destas estará limitado ao montante que se obtenha ao multiplicar a Relação de Conversão pela quota de liquidação por acção ordinária do Banco Popular Español, S.A. que resultaria se se tivesse produzido a conversão.

### **Permuta das obrigações subordinadas necessariamente permutáveis e posterior conversão em acções**

Em nenhum caso se prevê a possibilidade de amortização das Obrigações Subordinadas Necessariamente Permutáveis, nem das Obrigações Convertíveis, em numerário, de maneira que, nas datas de permuta (voluntária ou necessária) da Emissão de Obrigações Permutáveis, os subscritores unicamente receberão as Acções de acordo com a relação de conversão aplicável e nunca o reembolso em numerário do valor nominal das Obrigações.

As Obrigações Subordinadas Necessariamente Permutáveis serão permutados em obrigações e, estas, em Acções: (i) voluntariamente, nas condições previstas no capítulo 4.6.3(A)1 da Nota de Valores, ou (ii) necessariamente, nas condições previstas no capítulo 4.6.3(A)2 da Nota de Valores, (conforme o previsto no capítulo 5.2.2. da Nota de Valores no dia em que se cumpra o terceiro aniversário desde a Data de Desembolso).

Os titulares de Obrigações Subordinadas Necessariamente Permutáveis que solicitem voluntariamente a permuta a 17 de Dezembro de 2011 ou 2012 terão direito a receber a Remuneração correspondente a essa Data de Pagamento que coincide no tempo com a Data de Permuta das obrigações. Nestas condições, os titulares receberão a retribuição correspondente assim como as Obrigações Subordinadas Necessariamente Convertíveis que se converterão em Acções de nova emissão do Banco Popular Español, S.A., salvo nas condições do capítulo 4.3.6. (H). Os titulares de Obrigações Subordinadas Necessariamente Permutáveis terão direito a receber a Remuneração na data de permuta quando se trate da última Data de Pagamento correspondente a 17 de Dezembro de 2013 e em cada uma das condições de permuta necessária das Obrigações descritas no ponto 4.6.3. (A) 2 (a).

### **Possibilidade de descidas na cotação das acções**

A cotação das acções do Banco Popular Español, S.A. é susceptível de descer por vários factores, tais como a evolução dos resultados do Banco Popular Español, S.A., as alterações nas recomendações dos analistas ou nas condições dos mercados financeiros.

A Relação de Conversão ficará estabelecida no número de acções do Banco Popular Español, S.A. resultante do quociente entre o valor nominal das Obrigações Subordinadas Necessariamente Convertíveis e o valor atribuído às acções do Banco Popular Español, S.A. (o "**Preço de Conversão**") em função das condições de Permuta estabelecidos no capítulo 4.6.3.(A):

- a) Permuta Voluntária (trimestral, trimestral condicionado ou anual): o Preço de Conversão será a média aritmética dos preços de fecho da acção do Banco Popular correspondente aos cinco dias úteis bolsistas anteriores à finalização do Período de Permuta Voluntária correspondente.

- b) Permuta Necessária Total na Data de Vencimento da Emissão: o Preço de Conversão será a média aritmética dos preços de fecho da acção do Banco Popular correspondente aos cinco dias úteis bolsistas anteriores à Data de Vencimento da Emissão.
- c) Permuta Necessária pela totalidade dos títulos em circulação nas condições descritas nos pontos (ii), (iii), (iv) e (v) do capítulo 4.6.3.(A)2: o Preço de Conversão será a média aritmética dos preços de fecho da acção do Banco Popular correspondente aos cinco dias úteis bolsistas anteriores à Data de Permuta.
- d) Permuta Necessária, Total ou Parcial, por opção do Emitente: o Preço de Conversão será a média aritmética dos preços de fecho da acção do Banco Popular correspondente aos cinco dias úteis bolsistas anteriores à finalização do Período de Permuta correspondente.

Se as médias aritméticas descritas anteriormente forem iguais ou inferiores a 2,0 euros, o Preço de Conversão será 2,0 euros por acção.

### **Risco de mercado**

Uma vez que as Obrigações Subordinadas Necessariamente Permutáveis sejam admitidos a negociação no Mercado Electrónico de Renda Fixa da Bolsa de Madrid, o preço de cotação das Obrigações poderá evoluir favorável ou desfavoravelmente segundo as condições do mercado, podendo eventualmente situar-se em níveis inferiores ao seu valor nominal.

### **Risco de liquidez**

#### **A) Obrigações subordinadas necessariamente permutáveis**

A admissão a negociação das Obrigações no Mercado Electrónico de Renda Fixa da Bolsa de Madrid não garante por si só o desenvolvimento de um mercado secundário líquido sobre as Obrigações, o que pode dificultar a sua venda pelos investidores que queiram desinvestir nas Obrigações num determinado momento.

O Emitente e o Banco Popular Español, S.A. assinaram um Contrato de Liquidez com BBVA com data de 17 de Novembro de 2010, através do qual este se compromete a dar liquidez às Obrigações Subordinadas Necessariamente Permutáveis mediante a cotação de preços de compra e venda por um máximo diário de 2 milhões de euros, e até um número máximo de Obrigações Permutáveis que representem 10% do montante total vivo da Emissão em cada momento. As características do Contrato de Liquidez são detalhadas no capítulo 6.3 da Nota de Valores.

#### **B) Obrigações subordinadas necessariamente convertíveis**

As Obrigações Subordinadas Necessariamente Convertíveis serão integralmente subscritas pelo Popular Capital, S. A., que as manterá sob a sua titularidade para atender aos pressupostos de permuta das Obrigações Subordinadas Necessariamente Permutáveis. Em nenhum caso se solicitará a admissão a cotação em mercados oficiais para as Obrigações Subordinadas Necessariamente Convertíveis. Em cada Data de Permuta (voluntária ou necessária), o titular das Obrigações Permutáveis passa a ser titular das Obrigações Convertíveis até à conversão destas em acções. O Banco Popular Español, S.A. disporá de um prazo máximo de 1 mês a contar a partir da Data de Permuta (voluntária ou necessária) para a conversão das Obrigações em acções de nova emissão. Durante esse prazo máximo, o titular das obrigações não terá direito a qualquer remuneração e não poderá vender as Obrigações em nenhum mercado secundário oficial.

Nos casos previstos no capítulo 4.6.3.(H), o direito de posse temporária de Obrigações dará direito à cobrança de remuneração acumulada e não paga de cada período de acumulação da remuneração. Os titulares não podem vender as

Obrigações em nenhum mercado secundário oficial e não têm direito a requerer a conversão em acções de nova emissão pelo Banco Popular Español, S.A. como está estipulado no capítulo 4.6.3.(H) supramencionado.

### **Irrevogabilidade da subscrição**

As Ordens de Subscrição de Obrigações Subordinadas Necessariamente Permutáveis terão carácter irrevogável salvo no pressuposto de que, antes do dia útil anterior à Data de Desembolso, ocorresse uma descida na qualificação creditícia ou *rating* do Banco Popular Español, S.A. com respeito à última actualização emitida por *Moody's*, *Fitch*, *Standard & Poor's* ou *DBRS (Aa3/AA-/A/AA respectivamente)* à data de registo da Nota de Valores, em cujo caso os investidores poderão revogar as ordens de subscrição formuladas durante os 2 dias úteis seguintes à data de publicação do correspondente Suplemento, na web da Comissão Nacional do Mercado de Valores.

### **Ausência de direitos de subscrição preferente**

Os titulares de Obrigações Permutáveis não terão nenhum direito à subscrição de futuras emissões de Obrigações Permutáveis, participações preferenciais, acções ou outros valores emitidos ou garantidos pelo Emitente ou pelo Garante. Não obstante, a Emissão contempla uma série de mecanismos de anti-diluição, descritos no capítulo 4.6.3(G) da Nota de Valores, para compensar os titulares das Obrigações pela diluição económica das acções do Banco Popular Español, S.A. subjacentes às Obrigações nas condições nele descritas.

## **1.2. Factores de risco do garante**

Os factores de risco do Garante são descritos no Documento de Registo do Banco Popular Español, S.A., inscrito nos registos oficiais da CNMV a 8 de Julho de 2010. A seguir apresentam-se, de forma resumida, os factores de risco do Garante:

### **Risco de crédito**

Este risco nasce da possível perda causada pelo incumprimento das obrigações contratuais das contrapartes da entidade. A 22 de Maio de 2008 entrou em vigor a Circular 3/2008 sobre determinação e controlo dos recursos próprios mínimos (adaptação normativa ao novo quadro de medição de requerimentos de capital que emana do Comité de Supervisão Bancária de Basileia (comummente conhecido como Basileia II). O objectivo principal é incentivar a medição e controlo dos riscos de forma mais sofisticada, para conseguir que os requisitos de capital sejam mais sensíveis ao risco assumido na actividade de cada entidade. Ao mesmo tempo, introduz a necessidade adicional de manter recursos próprios mínimos para cobrir o risco operacional e coloca as entidades a medir outros riscos, tais como a estrutura de balanço, de negócio e de reputação assim como a dotação de capital para a sua cobertura.

Neste contexto normativo, a exposição total ao risco de crédito no fim do exercício, ascende a 132.272 milhões de euros, com um aumento de 17,33% em relação ao ano anterior. Se acrescentarmos a este número os 14.907 milhões de euros de exposição por linhas disponíveis de terceiros, o número de exposição máxima ascende a 147.179 milhões de euros. Em 2009, 87,4% da exposição está constituída pelos créditos à clientela e os restantes 12,6% provém dos riscos contingentes. A actividade de mercados contribui com 15,7% à exposição total.

A 31 de Dezembro de 2009, os riscos ponderados cresceram 0,48% face a 5,4% dos riscos totais. Esta diferença deve-se à qualidade creditícia das operações concedidas durante 2009, na aprovação do modelo de Grandes Empresas e nas melhorias introduzidas no resto de modelos.

A 31 de Dezembro de 2009, o rácio de morosidade do Grupo, ou a percentagem do saldo dos devedores duvidosos sobre os riscos totais, situou-se em 4,81%, superando em mais

de 2,0% a registada na mesma data do exercício 2008. A 31 de Março de 2010, o rácio de morosidade do grupo situou-se em 4,91%.

A seguir são apresentadas, de forma resumida, as principais magnitudes de risco a 30 de Setembro de 2010.

	Set-10	2009	2008	2007
Core capital (%)	8,66	8,57	7,17	6,47
Rácio Tier 1 (%)	9,07	9,13	8,12	7,92
Rácio BIS (%)	9,35	9,60	9,10	9,67
Recursos Próprios Computáveis	8.682.098	8.890.118	8.381.406	8.592.345
Superavit de Recursos Próprios	1.250.310	1.484.165	1.011.082	1.482.151
Activos Ponderados por Risco	92.897.350	92.574.130	92.129.050	88.877.415
Rácio de morosidade (%)	5,17	4,81	2,80	0,83
Rácio de cobertura (%)	47,01	50,27	73,03	218,38

### Risco exterior

Esta classe de risco, também denominado risco-país, origina-se na dificuldade dos mutuários de determinados países estrangeiros para atender às suas obrigações de pagamento de dívidas. Ao fecho do exercício, o conjunto de riscos do Grupo afectados pelo risco-país ascende a 68,1 milhões de euros. Estes números não são significativos em relação com o risco total do Grupo, pois representam 0,06% e 0,10% do mesmo em 2009 e 2008, respectivamente.

### Risco de mercado

Este conceito compreende os riscos resultantes de possíveis variações adversas dos preços de mercado dos instrumentos financeiros negociáveis administrados pela Tesouraria do Grupo, em consequência de variações adversas nas taxas de juro, nas taxas de câmbio, nos preços das acções ou das matérias-primas, nos *spreads* de crédito, ou nas volatilidades das mesmas. Também se inclui o risco de liquidez associado a estas posições, entendido como a impossibilidade de desfazer as posições no mercado num curto espaço de tempo. Para tal, avaliam-se as posições a um horizonte temporal igual ao tempo estimado para fechar o risco. O indicador utilizado para medir o risco de mercado é o denominado Valor em Risco ou “Value at Risk” (VaR), definido como a perda potencial máxima estimada a partir de dados históricos sobre a evolução dos preços, calculada com um nível de confiança e a um prazo determinado. Para homogeneizar a medição do risco global do Grupo, usa-se a metodologia de VaR paramétrico. Calcula-se com um nível de confiança de 99 %, tendo em conta variações históricas de 75 dias, dando mais peso às observações mais recentes e tomando o prazo de 1 dia para medir as possíveis perdas, já que todas as posições abertas são altamente líquidas.

No ano 2009, o VaR médio da actividade de negociação de tesouraria foi de 436 mil euros. Apesar da gestão do risco prudente que caracteriza o Grupo, o risco assumido foi aumentado na segunda parte do ano.

### Risco de liquidez

Este conceito reflecte a possível dificuldade de uma entidade de crédito para dispor de fundos líquidos, ou para poder aceder a eles, na quantia suficiente e ao custo adequado, para fazer frente, em qualquer momento, às suas obrigações de pagamento.

A segunda linha de liquidez a 31 de Março de 2010 ascende a 16.197 milhões de euros efectivos. Este nível de activos líquidos permite abranger os vencimentos dos passivos sensíveis no horizonte temporal analisado. Em consequência, o *gap* acumulado considerando todos os vencimentos de passivos e activos situa-se nos 8.369 milhões de euros.

A 31 de Dezembro de 2009, os activos com vencimento fixo ascendem a 113.252 milhões de euros, face a 93.134 milhões de euros de passivos de igual natureza, com um diferencial positivo de 20.118 milhões de euros. Não obstante, nos 12 primeiros meses o vencimento dos passivos é mais rápido do que o dos activos gerando-se um *gap* negativo que alcança os 26.493 milhões de euros. Esta situação é consequência de vários factores. Por um lado, o financiamento retalhista tem prazos de vencimento contratuais inferiores ao ano embora posteriormente apresente uma elevada estabilidade, visto que a maioria das operações é renovada. Por outro, algumas fontes de financiamento grossista, como o euro-commercial paper e os depósitos interbancários, têm também vencimentos inferiores ao ano, e o banco utiliza-as como meio de minimizar o custo e de maximizar a base de clientes.

A 30 de Setembro, o Banco Popular consegue crescer tanto em crédito como em depósitos. Assim, o crédito à clientela cresce 1,0% em taxa interanual. Em consequência, a quota de mercado do Popular melhora 20 p.b. Pelo lado dos depósitos, o crescimento experimentado situa-se na taxa interanual em 21,5% motivado, principalmente pelo aumento dos depósitos a prazo. Este incremento supôs um aumento da quota de mercado de 40 p.b.

Com esta evolução, o Banco Popular continua a cumprir o seu objectivo de redução do *gap* comercial para diminuir a dependência dos mercados grossistas. Desde Setembro de 2009 destinou-se 4.627 milhões de euros a cumprir o citado fim. Contudo, conseguiu-se eliminar a dependência do recurso ao financiamento junto do Banco Central Europeu no final de trimestre. Em termos relativos, a redução do *gap* comercial supõe uma redução do rácio de depósitos em créditos de 19 p.b.

### **Risco operacional**

O Grupo Banco Popular adoptou como definição de risco operacional a estabelecida no Novo Acordo de Capital (Basileia II), "risco de perda devido à inadequação ou a falhas dos processos, do pessoal e dos sistemas internos ou então como resultado de acontecimentos externos", integrando na gestão global do risco a elaboração dos procedimentos para a identificação, avaliação, acompanhamento e controlo deste risco.

A Alta Direcção aprovou o "Quadro de Gestão do Risco Operacional" no qual se desenham as políticas e funções para o desenvolvimento e implantação de metodologias e ferramentas que permitam uma melhor gestão do risco operacional no Grupo. Inicialmente o Grupo optou pelo método Standard, previsto em Basileia II, para o cálculo de capital por risco operacional, cuja metodologia também foi aprovada pela Alta Direcção, se bem que está previsto aplicar, num futuro próximo, o método Avançado. Neste sentido, desde Janeiro de 2004, está a ser gerada uma base de dados histórica de eventos de risco operacional. Além disso, desde Dezembro de 2006 o Grupo aderiu à ORX (*Operational Riskdata Exchange Association*), consórcio a nível internacional que custodia uma base de dados para a qual as principais entidades financeiras, a nível mundial, enviam eventos e com a qual se realiza intercâmbio de dados de forma trimestral.

### **Risco estrutural de balanço**

Este conceito compreende os riscos resultantes de possíveis variações das taxas de juro dos activos e passivos do balanço, das taxas de câmbio nas quais estão denominadas as grandezas patrimoniais ou fora do balanço, e dos preços de mercado dos instrumentos financeiros negociáveis. Também se inclui neste conceito o risco de negócio, que se define como a possibilidade de que a margem bruta não seja suficiente para abranger os custos fixos devido a alterações nos volumes das rubricas de balanço e as receitas por comissões, causados, por sua vez, por alterações nas condições económicas. Devida à taxa de eficiência do Popular, este risco é absolutamente remoto embora se realizem periodicamente estimativas de crescimento e de mudanças na estrutura de balanço medindo-se o impacto na margem bruta.

A 31 de Dezembro de 2009, o efeito de uma subida de 200 pontos básicos nas taxas de juro do Euro com respeito às taxas implícitas actuais tem um impacto negativo do 5,02% em valor económico, equivalente a 7,46% dos recursos próprios. O impacto por variação de taxas de outras divisas diferentes do Euro considera-se imaterial pela escassa posição do Grupo no fim do ano.

A sensibilidade do valor económico perante variações muito stressadas de taxas está muito longe dos limiares máximos permitidos pela legislação vigente. A gestão do risco de taxa de juro é efectuada principalmente com derivados. A política é realizar coberturas o mais perfeitas possíveis, motivo pelo qual se prefere optar pela contratação de operações individualizadas. Em consequência, o maior volume de coberturas concentra-se em operações de financiamento no mercado grossista. Um caso excepcional são as posições de passivo e de derivados sobre taxas de juro vendidos a clientes da rede comercial, as quais, devido ao seu valor, cobrem-se globalmente quando se acumula um volume que o permite. O risco de taxa de juro da carteira de rendimento fixo também está parcialmente coberta com swaps de taxa de juro.

Uma particularidade da gestão de taxa de juro do Grupo é a existência de taxas mínimas ou “floors” numa parte importante das operações que constituem o crédito à clientela. A 31 de Dezembro de 2009, o volume de operações com “floor” representa 50% do saldo vivo. 64,5% do total de “floors” estavam activados. Assim, uma descida adicional de tipos ou um atraso na subida favorecem a margem do Banco a curto prazo.

No exercício 2009, o Grupo decidiu construir uma carteira adicional de rendimento fixo por uma quantia de 10.000 milhões nominais com o objectivo de estabilizar as receitas num período de baixas taxas de juro que se estima em, pelo menos, 2 anos. A carteira está distribuída entre investimento até ao vencimento, 20%, e investimento disponível para venda, 80%. Na carteira de investimento até ao vencimento classificam-se referências com um cupão absoluto elevado e altas qualificações creditícias, com o objectivo de garantir uma margem estável a longo prazo.

O risco de taxa de juro é limitado, visto que todas as referências da carteira disponível para venda com vida residual superior a 3 anos foram cobertas através de *swaps*. O nominal das referências com taxa fixa na carteira ascende a 1.341 milhões de euros com uma maturidade média de 2,04 anos. Quanto aos activos que compõem a carteira, foram aplicados para a selecção critérios de elevada qualidade creditícia, cupões absolutos atractivos, diferenciais de crédito com limite à baixa e com capacidade de serem auto-financiados. Durante o exercício 2009, esta carteira gerou resultados positivos de cerca de 190 milhões de euros, dos quais 91 milhões correspondem à margem de juros e 96 milhões a resultados de operações financeiras em consequência de operações de rotação da carteira.

O risco de taxa de câmbio do negócio na Península Ibérica é praticamente inexistente em consequência do critério que se aplica nesta matéria: as posições de tesouraria e activos financeiros em moedas diferentes do Euro limitam-se à colocação dos fundos excedentes da actividade de banca comercial na mesma divisa e a prazos similares.

A participação de Totalbank, entidade residente nos Estados Unidos, representa uma posição aberta em dólares no fundo de comércio da entidade. Este risco monitoriza-se e às vezes, dependendo da evolução esperada da divisa, cobre-se parcialmente. No exercício 2009, registou-se um ajuste positivo por valorização no património de 18 milhões de euros.

### **Risco reputacional**

A Oficina de Cumprimento Normativo, que depende funcionalmente dos Serviços Jurídicos e Cumprimento, ocupa-se de identificar, avaliar e prevenir os possíveis riscos de incumprimento relevantes, de um ponto de vista económico ou de reputação, que pudessem produzir-se em relação à lei e regulamentação, códigos de conduta e *standards* de boas práticas, relativos à prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, o comportamento nos mercados de valores mobiliários, a

privacidade e protecção de dados de carácter pessoal e as actividades de negócio. Em relação a este último aspecto, identifica e avalia os riscos de incumprimento associados com o desenvolvimento de novos produtos e as práticas de negócio, zelando pelo respeito ao normativo de transparência e protecção da clientela.

Adicionalmente, analisa e promove o desenvolvimento dos sistemas estabelecidos para a formação do quadro de pessoal em relação com as áreas citadas.

### **Classificação de rating**

O Banco Popular está classificado pelas principais agências internacionais de *rating* de crédito. Os *ratings* vigentes, à data de registo do presente documento, são:

	<b>Curto prazo</b>	<b>Longo prazo</b>	<b>Data última revisão</b>	<b>Perspectiva</b>
<b>Moody's</b>	P1	Aa3	Junho 2009	Negativa
<b>Fitch Ratings</b>	F1	A	Julho 2010	Estável
<b>Standard &amp; Poors</b>	A1	A	Julho 2009	Negativa
<b>DBRS</b>	R-1 (high)	AA (high)	Dezembro 2008	Negativa

## **2. DESCRIÇÃO DA EMISSÃO**

O número de Obrigações Subordinadas Necessariamente Permutáveis objecto da presente Emissão é de quatrocentos mil (400.000), ampliável até um máximo de quinhentos mil (500.000), de mil (1.000) euros de valor nominal unitário, pertencentes a uma única classe e série, que estarão representadas mediante anotações em conta e solicitar-se-á a sua admissão a cotação no Mercado Electrónico de Renda Fixa. A Emissão não tem *rating*.

As características essenciais da Emissão são as seguintes:

### **Emitente:**

Popular Capital, S.A.

### **Natureza e denominação dos valores:**

Os valores emitidos são Obrigações Subordinadas Necessariamente Permutáveis por Acções do Banco Popular Español S.A, e emitir-se-ão sob a denominação "Obrigações Subordinadas Necessariamente Permutáveis por Acções do Banco Popular Español S.A. I/2010".

### **Montante total da emissão:**

Quatrocentos milhões de euros (400.000.000 euros) ampliável até um máximo de quinhentos milhões de euros (500.000.000 euros).

### **Montante nominal de cada valor:**

As Obrigações que se emitam terão um valor nominal de MIL EUROS (1.000 €).

As Entidades Colocadoras poderão condicionar a tramitação das ordens à realização, pelos peticionários, de uma provisão de fundos para garantir o pagamento das subscrições, que será remunerada a 8,00% nominal anual.

### **Montante mínimo da contratação:**

O montante mínimo da contratação será de mil euros (1.000 €).

### **Preço de emissão:**

1.000 euros (emissão ao par, sem prémio nem desconto).

**Data de emissão e desembolso:**

Será efectuado um único desembolso no dia 17 de Dezembro de 2010 (a "**Data de Desembolso**") que coincidirá com a data de emissão, sem prejuízo do previsto no capítulo 5.2.2. da Nota de Valores.

**Forma de representação:**

As Obrigações emitir-se-ão como anotações em conta, sendo a Sociedade de Gestão dos Sistemas de Registo, Compensação e Liquidação de Valores, S.A.OU. (IBERCLEAR) a entidade encarregada do registo contabilístico.

**Período de subscrição:**

De 19 de Novembro até 15 de Dezembro de 2010, salvo fecho antecipado por subscrição total da Emissão, em cujo caso não se antecipará a Data de Desembolso. Prevê-se, expressamente, a possibilidade de subscrição incompleta da Emissão.

**Entidades colocadoras da emissão:**

Banco Popular Español, S.A., Banco Popular Portugal, S.A., Popular Banca Privada, S.A., bancopopular-e.com S.A. e Banco Popular Hipotecario.

**Agente de pagamentos e agente de cálculo:**

Banco Popular Español, S.A.

**Destinatários da emissão:**

Investidores retalhistas, pessoas físicas ou jurídicas. A comercialização será realizada na rede de sucursais das Entidades Colocadoras em Espanha e Portugal. A colocação das Obrigações em Portugal fica condicionada à concessão do passaporte transfronteiriço pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

**Data de vencimento:**

17 de Dezembro de 2013, sem prejuízo do previsto no capítulo 5.2.2. da Nota de Valores.

**Carácter permutável das obrigações:**

Coincidindo com a data de emissão e desembolso das Obrigações Subordinadas Necessariamente Permutáveis, o Banco Popular Español, S.A. está obrigado a emitir Obrigações Subordinadas Necessariamente Convertíveis em Acções de nova emissão na mesma quantia que as Obrigações Subordinadas Necessariamente Permutáveis subscritas e desembolsados. As obrigações serão obrigatoriamente subscritas pelo Emitente que, em cada data de permuta voluntária, assim como na data de permuta necessária, em virtude da relação de permuta e de conversão, permitirá entregar acções de nova emissão aos titulares de Obrigações Subordinadas Necessariamente Permutáveis. Consequentemente, as Obrigações serão convertidas em acções de nova emissão do Banco Popular Español, S.A. em virtude dos pedidos de permuta voluntária e necessária, salvo nas condições do capítulo 4.6.3.(H).

**Condições de permuta das obrigações:**

A permuta das Obrigações Subordinadas Necessariamente Permutáveis em Obrigações Subordinadas Necessariamente Convertíveis poderá ser:

**a) Voluntária:**

Os titulares das Obrigações Subordinadas Necessariamente Permutáveis poderão solicitar voluntariamente a permuta em Obrigações Subordinadas Necessariamente Convertíveis (a "**Permuta Voluntária**"), quanto à totalidade ou parte das Obrigações Subordinadas Necessariamente Permutáveis de que sejam titulares, nas seguintes datas:

- (i) nos trinta dias naturais anteriores ao décimo dia útil anterior (este último inclusive) a 17 de Dezembro de 2011 e 2012 ("**Datas de Permuta Voluntária anual**") (ou, se

se produzir um atraso na Data de Desembolso, segundo o previsto no capítulo 5.2.2. da Nota de Valores, ao dia em que se cumpram o primeiro e segundo aniversário durante o período de vida da Emissão a contar a partir da Data de Desembolso). Neste pressuposto de Permuta Voluntária, os titulares de Obrigações Permutáveis receberão o pagamento da remuneração acumulada entre a última Data de Pagamento da remuneração e a Data de Permuta Voluntária anual correspondente;

- (ii) no pressuposto do Emitente, à descrição do Conselho de Administração do Garante, e atendendo a motivos relativos à sua situação financeira e de solvência da entidade de crédito ou matriz, podendo optar por abrir um Período de Permuta Voluntária ou pagar a Remuneração, efectivamente optar por abrir o referido período, dentro dos trinta dias naturais anteriores ao décimo dia útil anterior (este último inclusive) a 17 de Março, 17 de Junho, 17 de Setembro ou 17 de Dezembro de cada ano ("**Data de Permuta Voluntária trimestral**") durante o período de vida da Emissão, segundo corresponda (ou, se se produzir um atraso na Data de Desembolso conforme o previsto no capítulo 5.2.2. da Nota de Valores, no dia em que se cumpra o primeiro, segundo, terceiro e quarto trimestre de cada ano durante o período de vida da Emissão a contar desde a Data de Desembolso).
- (iii) não caso do Banco de Espanha exigir o cancelamento do pagamento da remuneração baseando-se na situação financeira e de solvência da entidade de crédito ou matriz, ou na do grupo ou subgrupo consolidável. Nesta suposição o Emitente abrirá um Período de Permuta Voluntária dentro dos trinta dias naturais anteriores ao décimo dia útil anterior (este último inclusive) a 17 de Março, 17 de Junho, 17 de Setembro e 17 de Dezembro de cada ano ("**Data de Permuta Voluntária trimestral condicionado**") durante o período de vida da Emissão, segundo corresponda (ou, se se produzir um atraso na Data de Desembolso conforme o previsto no capítulo 5.2.2. da Nota de Valores, no dia em que se cumpra o primeiro, segundo, terceiro e quarto trimestre de cada ano durante o período de vida da Emissão a contar desde a Data de Desembolso).

O termo "condicionado" refere-se ao critério do Banco de Espanha para exigir o cancelamento do pagamento da remuneração.

A declaração de não remuneração total ou parcial exigida pelo Banco de Espanha motivará a aplicação das restrições citadas no capítulo 4.6.1 (A) da presente nota de valores.

Para que esta condição de Permuta Voluntária trimestral condicionada seja de aplicação, o Banco de Espanha, notificará por escrito com a suficiente antecedência a decisão de cancelamento do pagamento da remuneração anteriormente citada de maneira que permita ao Emitente respeitar os prazos de comunicação aos titulares das Obrigações Subordinadas Necessariamente Permutáveis, à CNMV mediante Facto Relevante, às Entidades Participantes na Iberclear e ao Mercado Electrónico de Renda Fixa da Bolsa de Madrid para a publicação no correspondente boletim de cotações.

Cada um dos períodos indicados anteriormente será referido como um "**Período de Permuta Voluntária**".

Em qualquer dos casos, o Emitente comunicará a abertura do Período de Permuta aos titulares de Obrigações Subordinadas Necessariamente Permutáveis com uma antecedência mínima de trinta dias naturais face ao décimo dia útil anterior (este último inclusive) à Data de Pagamento da Remuneração correspondente, mediante Facto Relevante à Comissão Nacional do Mercado de Valores. Com a mesma antecedência, o Emitente notificará também este acordo às Entidades Participantes na Iberclear, para efeitos de proceder à permuta das Obrigações Subordinadas Necessariamente Permutáveis em Obrigações Subordinadas Necessariamente Convertíveis e ao Mercado Electrónico de Renda Fixa da Bolsa de Madrid para a publicação no correspondente boletim de cotação.

Os titulares de Obrigações receberão a Remuneração acumulada e não paga no caso de

Permuta Voluntária anual. Pelo contrário, quando se trata de um Período de Permuta Voluntária trimestral ou trimestral condicionado, os titulares de Obrigações Subordinadas Necessariamente Permutáveis em Acções do Banco Popular Español, S.A. I/2010 não receberão a remuneração acumulada e não paga.

**b) Necessária:**

Nas condições que se indicam a seguir, as Obrigações Subordinadas Necessariamente Permutáveis serão necessariamente permutadas por Obrigações Subordinadas Necessariamente Convertíveis (a "**Permuta Necessária**") numa das **Datas de Permuta Necessária** que se definem a seguir:

- Permuta Necessária pela totalidade dos títulos em circulação:
  - (i) à Data de Vencimento, a 17 de Dezembro de 2013;
  - (ii) se o Banco Popular adoptar qualquer medida societária (diferente da fusão, cisão e cessão global de activos e passivos) tendente à dissolução e liquidação, voluntária ou involuntária, do Emitente;
  - (iii) se o Banco Popular adopta qualquer medida encaminhada à aprovação de uma redução do seu capital de acordo com o disposto nos artigos 322 a 326 ou 343 da LSC;
  - (iv) se o Banco Popular, ou, se assim for o caso, o Emitente, são declarados em falência ou se decide a sua intervenção ou a substituição dos seus órgãos de administração ou direcção, conforme as disposições estabelecidas na Lei 26/1988, de 29 de Julho, sobre Disciplina e Intervenção das Entidades de Crédito e a Lei 6/2005, de 22 de Abril, sobre saneamento e liquidação das entidades de crédito e o normativo subsequente.
  - (v) No caso de se produzir uma alteração na legislação espanhola, ou da aplicação oficial ou interpretação de ditas leis pelo que as Obrigações Subordinadas Necessariamente Permutáveis ou as Obrigações Subordinadas Necessariamente Convertíveis deixarem de ser considerados como Recursos Próprios Básicos, assim como no caso de se produzir uma alteração de legislação fiscal, pela qual o Emitente perca o direito a considerar como despesa dedutível qualquer retribuição que devesse fazer ou se o valor de dita dedução para o Emitente se reduzisse de forma substancial.
- Permuta Necessária total ou parcial dos títulos em circulação:

Uma vez decorrido o primeiro aniversário da Emissão, o Emitente, à discrição do Conselho de Administração do Garante, e atendendo a motivos relativos à sua situação financeira e de solvência da entidade de crédito ou matriz, poderá abrir um Período de Permuta Necessária Total ou Parcial. No caso de abrir um Período de Permuta Necessária Total, a permuta será necessária para todos os titulares de Obrigações. Esta Permuta terá lugar em qualquer das datas de Pagamento de Remuneração, ou seja, a 17 de Março, 17 de Junho, 17 de Setembro e 17 de Dezembro de cada ano ("**Data de Permuta Necessária Total a opção do Emitente**") durante o período de vida da Emissão, segundo corresponda (ou, se se produzir um atraso na Data de Desembolso conforme o previsto no capítulo 5.2.2. da Nota de Valores, no dia em que se cumpra o primeiro, segundo, terceiro e quarto trimestre de cada ano durante o período de vida da Emissão a contar desde a Data de Desembolso).

Na condição de abrir um Período de Permuta Necessária Parcial, este será estabelecido desde o décimo dia útil anterior a 17 de Março, 17 de Junho, 17 de Setembro ou 17 de Dezembro de cada ano ("**Datas de Permuta Necessária Parcial a opção do Emitente**") durante o período de vida da Emissão, segundo corresponda (ou, se se produzir um atraso na Data de Desembolso conforme o previsto no capítulo 5.2.2. da Nota de Valores, no dia em que se cumpra o primeiro, segundo, terceiro e quarto trimestre de cada ano durante o período de vida da Emissão a contar desde a Data de Desembolso) até à Data de Pagamento da Remuneração correspondente. Se a percentagem de permuta estabelecida pelo

Emitente (“**Percentagem Necessária de Permuta Parcial**”) não for coberta integralmente pelos pedidos voluntários dos titulares das Obrigações, estes deverão ter em conta que o Emitente realizará um sorteio entre o resto de titulares das Obrigações que não tenham permutado voluntariamente até alcançar a citada percentagem. Este sorteio será realizado entre o quinto dia útil anterior à data de pagamento da retribuição e a Data de Permuta Necessária Parcial a opção do Emitente. O Período de Permuta Necessária Parcial a opção do Emitente poderá fechar-se antecipadamente no caso de ter atingido integralmente a Percentagem Necessária de Permuta Parcial. Caso contrário, o sorteio que será realizado para completar dita percentagem será estabelecido com base nas seguintes características:

- i. Será ordenado de maior para menor os titulares das Obrigações pelo número, excluindo as letras, do Número de Identificação Fiscal (NIF), Número de Identificação de Estrangeiro (NIE), Documento Nacional de Identidade (DNI) ou equivalente que apareça mencionado nos dados pessoais que constem no Emitente nas ordens de subscrição correspondentes. (“**Número de Identificação**”).
- ii. Uma vez ordenados de maior para menor, será realizado um sorteio perante Notário (designado para o efeito) entre todos os Números de Identificação, obtendo-se um Número de Identificação concreto (o “**Número**”). Uma vez obtido o Número será esse o Número a utilizar, assim como o correspondente aos titulares superiores e proceder-se-á à permuta necessária das Obrigações que não tenham sido permutados voluntariamente. Se o número de Obrigações do titular do último Número de Identificação for superior ao necessário para alcançar a Percentagem Necessária de Permuta Parcial serão permutadas exclusivamente as Obrigações necessárias para cumprir com a citada percentagem.

Se se produzir qualquer um dos casos de Permuta Necessária, o Emitente comunicá-lo-á aos titulares de Obrigações Subordinadas Necessariamente Permutáveis dentro dos quinze dias naturais anteriores à produção do pressuposto de Permuta Necessária definidos no capítulo 4.6.3.(A)2. seguinte (a “**Notificação de Permuta Necessária**”).

Ambas as notificações serão realizadas mediante Facto Relevante à Comissão Nacional do Mercado de Valores. Nos mesmos prazos, o Emitente notificará também este facto às Entidades Participantes em Iberclear, para efeitos de proceder à permuta das Obrigações Subordinadas Necessariamente Permutáveis em Obrigações Subordinadas Necessariamente Convertíveis e ao Mercado Electrónico de Renda Fixa da Bolsa de Madrid para a publicação no correspondente boletim de cotação.

No caso de que a notificação ser em consequência da abertura de um Período de Permuta Necessária Total ou Parcial por opção do Emitente, o anúncio deverá mencionar se se trata de uma permuta total ou parcial e, se for parcial, será indicada a Percentagem Necessária de Permuta Parcial.

Os titulares de obrigações subordinada necessariamente convertíveis têm direito de reaver a remuneração na data do resgate, no caso da última data de pagamento de 17 Dezembro de 2013 e em cada um dos casos de troca dos títulos descritos necessário ponto 4.6.3. (A) 2 (a.) A descrição acima é sem prejuízo da eventual abertura de um Evento Especial Exchange em conformidade com o disposto no n.º 4.6.3. (H).

A conversão em acções das Obrigações será automática sem solução de continuidade em cada uma das **Datas de Permuta** das Obrigações Permutáveis por Obrigações Convertíveis. Em cada Data de Permuta Voluntária anual e trimestral, essa Data de Permuta coincidirá com a **Data de Pagamento** da Remuneração.

#### **Perfil do investidor:**

O Banco Popular Español, S.A., Entidade Garante, classificou este produto como complexo e de risco alto.

**Relação de permuta:**

Cada Obrigação Permutável será permutada por uma (1) Obrigação Necessariamente Convertível para atender cada uma das datas de permuta voluntária assim como a permuta obrigatória. As Obrigações Subordinadas Necessariamente Convertíveis converter-se-ão em acções de nova emissão do Banco Popular Español, S.A., salvo nas condições do capítulo 4.3.6. (H), de acordo com o preço e a relação de conversão que se detalham a seguir.

**Condições de conversão:**

As Obrigações Subordinadas Necessariamente Convertíveis serão convertidas em Acções ordinárias de nova emissão do Banco Popular nas mesmas condições e na mesma medida em que se efectue a permuta das Obrigações Permutáveis por Obrigações Subordinadas Necessariamente Convertíveis. Noutras palavras, as Obrigações Subordinadas Necessariamente Convertíveis que serão entregues pelo Emitente aos investidores em permuta pelas suas Obrigações Permutáveis serão convertidas em Acções do Popular no prazo máximo de 1 mês a contar a partir da Data de Permuta. Durante esse direito de posse temporário, as Obrigações não acumularão nenhuma retribuição ao titular nem cotarão em nenhum mercado secundário oficial. Nos casos descritos no capítulo 4.6.3.(H) seguinte, o direito de posse temporário de Obrigações só dará direito à cobrança da remuneração acumulada e não paga desde a última data de pagamento da remuneração. Adicionalmente, o direito de posse de Obrigações em virtude do capítulo 4.6.3.(H) não implicará o pedido de cotação em qualquer mercado secundário oficial nem à conversão destas em acções de nova emissão do Banco Popular Español, S.A.

**Relação de conversão das obrigações em acções:**

A Relação de Conversão será variável durante toda a vida da Emissão, e ficará estabelecida no número de acções do Banco Popular Español, S.A. resultante do quociente entre o valor nominal das Obrigações Subordinadas Necessariamente Convertíveis e o valor atribuído às acções do Banco Popular Español, S.A. (o “**Preço de Conversão**”) em função das condições de permuta estabelecidas no capítulo 4.6.3.(E):

- a) Permuta Voluntária (trimestral, trimestral condicionado ou anual): neste caso, o Preço de Conversão será a média aritmética dos preços de fecho da acção do Banco Popular correspondente aos cinco dias úteis bolsistas anteriores à finalização do Período de Permuta Voluntária correspondente.
- b) Permuta Necessária Total na Data de Vencimento da Emissão: neste caso, o Preço de Conversão será a média aritmética dos preços de fecho da acção do Banco Popular correspondente aos cinco dias úteis bolsistas anteriores à Data de Vencimento da Emissão.
- c) Permuta Necessária pela totalidade dos títulos em circulação nos casos (ii), (iii), (iv) e (v) do capítulo 4.6.3.(A)2: o Preço de Conversão será a média aritmética dos preços de fecho da acção do Banco Popular correspondente aos cinco dias úteis bolsistas anteriores à Data de Permuta.
- d) Permuta Necessária, Total ou Parcial, a opção do Emitente: o Preço de Conversão será a média aritmética dos preços de fecho da acção do Banco Popular correspondente aos cinco dias úteis bolsistas anteriores à finalização do Período de Permuta correspondente.

Se as médias aritméticas descritas anteriormente forem iguais ou inferiores a 2,0 euros, o Preço de Conversão será 2,0 euros por acção.

**Remuneração das obrigações subordinadas necessariamente permutáveis:**

Em cada data de pagamento da remuneração, o Popular Capital estará obrigado alternativamente, à discrição do Conselho de Administração ou, por delegação, de maneira solidária e indiferente, ao Sr. Jacobo González-Robatto Fernández, Sr. Rafael Simón de Mena Arenas, Sr. Javier Moreno Navarro, Sr. Santiago Armada Martínez de

Campos e Sr. Rafael Galán Más, mediante prévia conformidade do Garante, a:

- (i) decidir o pagamento da remuneração, ou
- (ii) abrir um Período de Permuta Voluntária trimestral no qual os titulares das Obrigações Subordinadas Necessariamente Permutáveis poderão optar pela permuta por Obrigações Subordinadas Necessariamente Convertíveis e à sua posterior conversão em acções de nova emissão do Banco Popular Español, S.A. nos termos previstos no capítulo 4.6.3(A) seguinte, ou
- (iii) abrir um Período de Permuta Necessária Total ou Parcial a opção do Emitente nos termos previstos no capítulo 4.6.3(A).

No caso de ser declarada, a remuneração das Obrigações Permutáveis será fixa durante toda a vida da emissão e equivalente a 8,00% nominal anual sobre o valor nominal das obrigações. Adicionalmente, terá carácter trimestral e será pagável a 17 de Março, 17 de Junho, 17 de Setembro e 17 de Dezembro de cada ano (**Data de pagamento da Remuneração**) até o vencimento da operação a 17 de Dezembro de 2013 (**Data de Vencimento**). No caso de ocorrer um atraso na Data de Desembolso, segundo se indica no capítulo 5.2.2. da presente Nota de Valores, as datas de pagamento da remuneração serão aquelas onde se cumpram o primeiro, segundo, terceiro e quarto trimestres de cada um dos anos de vida da emissão, a contar da Data de Desembolso estabelecida.

A base de cálculo dos dias para cada período de remuneração será de dias reais considerando que cada ano tem 365 dias (Act/365).

A Remuneração será também pagável nos trimestres em que coincida com uma Data de Permuta Voluntária anual e na data (segundo as condições de permuta correspondentes) em que se produza qualquer pressuposto de Permuta Necessária (a excepção da Permuta Necessária Total ou Parcial por opção do Emitente se este tiver optado pelo cancelamento do pagamento da remuneração das Obrigações). No caso de ocorrer um pressuposto de Permuta Necessária, a remuneração das Obrigações acumular-se-á desde a Data de Pagamento do último período de juro satisfeito até à Data de Permuta Necessária.

#### **Data de pagamento da remuneração:**

No caso de ser decidida, a Remuneração será paga trimestralmente, por trimestres vencidos, nos dias 17 de Março, 17 de Junho, 17 de Setembro e 17 de Dezembro (**Períodos de contagem de juros**) de cada ano durante o período de vida da Emissão. Em cada Data de Permuta Voluntária anual ou Permuta Necessária no vencimento, a Data de Pagamento da Remuneração coincidirá com a data de pagamento de Dezembro de cada ano. No caso de ocorrer uma condição de permuta necessária diferente do pressuposto de permuta na Data de Vencimento, o período de rendimento da retribuição será definido pelo tempo que decorre desde a última Data de Pagamento da remuneração e a Data de Permuta Necessária. Na condição prevista no capítulo 4.6.3. (H) realizar-se-á o que ali se disponha.

#### **Efeitos da falta de pagamento integral da remuneração:**

No caso das limitações estabelecidas nas epígrafes (i) e (ii) do capítulo (B) do ponto 4.6.1. da presente Nota de Valores serem aplicáveis de forma parcial, o Conselho de Administração do Emitente ou, por delegação, o Sr. Jacobo González-Robatto Fernández, Sr. Rafael Simón de Mena Arenas, Sr. Javier Moreno Navarro, Sr. Eutimio Morales López, Sr. Santiago Armada Martínez de Campos e Sr. Rafael Galán Más, actuando de forma solidária e indiferente, mediante prévia conformidade do Garante, deverá optar entre:

- (i) declarar um pagamento parcial da remuneração pelo montante máximo que seja possível, se resulta de acordo com os cálculos do previsto nas epígrafes (i) e (ii) do capítulo (B) do ponto 4.6.1. Nesta condição, produzir-se-ão as consequências indicadas nos números (i) a (iii) do capítulo (A) do ponto 4.6.1.;

ou

- (ii) abrir um Período de Permuta Voluntária, produzindo-se também as consequências indicadas nos números (i) a (iii) do capítulo (A) do ponto 4.6.1. da presente Nota de Valores.
- ou
- (iii) abrir um Período de Permuta Necessária Total ou Parcial por opção do Emitente uma vez decorrido o primeiro aniversário desde a Data de Emissão. Nesta condição produzir-se-ão as consequências indicadas nos números (i) a (iii) do capítulo (A) do ponto 4.6.1.

No caso de optar pelo pagamento parcial, o Banco Popular Español, S.A. não poderá pagar, nesse mesmo exercício, dividendos nem retribuir de nenhuma outra forma as suas acções ordinárias nem quaisquer outros valores representativos do capital social do Banco Popular Español, S.A., nem outros valores emitidos por este que, em termos de ordem de preferência de crédito, se situem depois das Obrigações Permutáveis.

**Destinatários da emissão:**

Investidores de retalho, pessoas físicas ou jurídicas. A comercialização realizar-se-á na rede de agências das Entidades Colocadoras em Espanha e Portugal. A colocação das Obrigações em Portugal fica sujeita à concessão do passaporte transfronteiriço pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

**Garante:**

Banco Popular Español, S.A.

**Garantia:**

O Banco Popular Español, S.A. compromete-se irrevogável e incondicionalmente a pagar aos titulares das Obrigações Permutáveis a totalidade dos seus direitos de conteúdo económico, excepto na medida em que ditos montantes sejam pagos em numerário pelo Emitente, na forma e no momento em que sejam devidos, independentemente de qualquer excepção, direito de compensação ou reconvenção que possa corresponder ao Emitente ou ser invocado por este. A Garantia é contínua, irrevogável, incondicional, absoluta e solidária.

**Ordem de preferência de crédito****Carácter subordinado das obrigações subordinadas necessariamente permutáveis****Categoria das obrigações em relação com as restantes obrigações do emitente:**

Nas condições de liquidação ou dissolução do Popular Capital, S.A., as Obrigações situam-se, em ordem de preferência de crédito:

- (a) depois de todos os credores comuns e subordinados do Emitente,
- (b) depois das Participações Preferenciais ou valores mobiliários equiparáveis que o Emitente tenha emitido ou possa emitir;
- (c) a mesma ordem de preferência de crédito (pari passu) que as restantes emissões de obrigações convertíveis, obrigações permutáveis ou outros valores convertíveis equiparáveis do Emitente; e
- (d) antes das acções ordinárias do Emitente.

**Ordem de preferência de crédito dos compromissos do Garante face à Garantia prestada às Obrigações Permutáveis:** Os compromissos do Garante face à Garantia situam-se na seguinte ordem de preferência de crédito:

- a) depois de todos os credores comuns e subordinados do Banco Popular Español, S.A.;
- b) depois das Participações Preferenciais ou valores mobiliários equiparáveis que o Banco tenha emitido ou possa emitir por si mesmo ou por qualquer uma das suas Filiais assim como depois das obrigações derivadas das garantias que o Banco tenha

- prestado ou possa prestar, relativamente às Participações Preferenciais ou valores mobiliários equiparáveis emitidas pelas suas Filiais;
- c) a mesma ordem de preferência de crédito (pari passu) que as restantes emissões de obrigações convertíveis, obrigações permutáveis ou outros valores Convertíveis equiparáveis do Emitente; e
  - d) antes das acções ordinárias do Banco Popular Español, S.A.

### **Carácter subordinado das obrigações subordinadas necessariamente convertíveis:**

**Categoria das Obrigações em relação com os restantes compromissos do Banco Popular Español, S.A.:** Nos pressupostos de liquidação ou dissolução do Banco Popular Español, S.A., as Obrigações situam-se, em ordem de preferência de crédito:

- (a) depois de todos os credores comuns e Subordinadas do Banco Popular Español, S.A.,
- (b) depois das Participações Preferenciais ou valores mobiliários equiparáveis que o Emitente tenha emitido ou possa emitir;
- (c) a mesma ordem de preferência de crédito (pari passu) que as restantes emissões de obrigações convertíveis, obrigações permutáveis ou outros valores convertíveis equiparáveis; e
- (d) antes das acções ordinárias do Banco Popular Español, S.A.

A partir do momento da conversão das Obrigações Convertíveis, as acções situar-se-ão ao mesmo nível que as acções ordinárias do Banco Popular Español, S.A., depois de todos os credores comuns e subordinados do Banco Popular Español, S.A. e depois das Participações Preferenciais ou valores mobiliários equiparáveis que o Banco Popular Español, S.A. tenha emitido (ou garantido) ou possa emitir (ou garantir).

### **Regime fiscal:**

No capítulo 4.16 da Nota de Valores inclui-se uma descrição do regime fiscal das Obrigações Subordinadas Necessariamente Permutáveis, das Obrigações Convertíveis e das Acções.

### **Admissão a negociação e liquidez:**

Embora não seja garantia de uma liquidez rápida e fluida, as Obrigações Subordinadas Necessariamente Permutáveis serão admitidas à cotação no Mercado Electrónico de Renda Fixa da Bolsa de Madrid. Adicionalmente, subscreveu-se um Contrato de Liquidez com BBVA, pelo que esta se compromete a dar liquidez às Obrigações Subordinadas Necessariamente Permutáveis mediante a cotação de preços de compra e venda por um máximo diário de 2 milhões de euros, e até um número máximo de Obrigações Permutáveis que representem 10% do montante total vivo da Emissão em cada momento.

### **Cálculo como recursos próprios básicos:**

O Banco Popular Español, S.A. solicitou ao Banco de Espanha a qualificação das Obrigações Permutáveis como recursos próprios básicos do Grupo.

O Banco Popular Español, S.A. solicitou e obteve relatórios de avaliação completos das Obrigações Subordinadas Necessariamente Permutáveis dos peritos independentes Intermoney Valora e de Analistas Financeiros Internacionais (AFI), emitidos com data 22 de Outubro de 2010 e 8 de Novembro de 2010, respectivamente, e que se anexam a esta Nota de Valores.

O Emitente depositará no Banco Popular Español, S.A. os fundos obtidos com a Emissão, descontadas as despesas de emissão e gestão. Esse depósito terá carácter subordinado, permanente e irrevogável, aplicando-se, se assim for o caso, à compensação de perdas, tanto na sua liquidação como no saneamento geral do Banco Popular Español, S.A. ou do seu Grupo, depois de esgotadas as reservas e reduzido a zero o capital social ordinário.

O Emitente, para atender a subscrição obrigatória das Obrigações Subordinadas Necessariamente Convertíveis, receberá do Banco Popular Español, S.A. um empréstimo pelo montante de até quinhentos milhões de euros (€500.000.000) que será concedido na data de emissão e desembolso das Obrigações Subordinadas Necessariamente Permutáveis.

### 3. DESCRIÇÃO DO EMITENTE

O Emitente dos títulos é o Popular Capital, S.A. que está inscrito no Registo Comercial de Madrid, no volume 18.873, fôlio 47, Secção 8, folha M-329.290, inscrição 1ª. O número de identificação fiscal do Emitente é A-83717660. É uma sociedade de nacionalidade espanhola, com domicílio social em Madrid, Rua José Ortega e Gasset, nº 29. O telefone de contacto é o 00.34.91.520.72.85.

Tem uma duração indefinida e começou a operar na data de outorgamento da escritura de constituição, ou seja, a 23 de Julho de 2003.

Com respeito à legislação aplicável, o Popular Capital, S.A., tem forma jurídica de sociedade anónima e regula-se pelo Decreto Real Legislativo 1/2010, de 2 de Julho, pelo que se aprova o texto refundido da Lei de Sociedades de Capital, e a normativa subsequente.

### BALANÇO AUDITADO DO EMITENTE A DEZEMBRO 2009 E DEZEMBRO 2008 SEGUNDO O PLANO GERAL CONTABILÍSTICO DE 2008

<b>ACTIVO</b>	<b>Dez-09</b>	<b>Dez-08</b>	<b>Var (%)</b>
<b>A) ACTIVO NÃO CORRENTE</b>	<b>2.172.850,50</b>	<b>839.000,00</b>	<b>159,0%</b>
<b>IV. Investimentos em empresas do grupo e associados a longo prazo.</b>	<b>2.172.850,50</b>	<b>839.000,00</b>	<b>159,0%</b>
2. Créditos a empresas.	1.472.850,50	839.000,00	75,5%
3. Valores representativos de dívida	700.000,00	0	
<b>B) ACTIVO CORRENTE</b>	<b>31.587,62</b>	<b>20.543,71</b>	<b>53,8%</b>
<b>III. Devedores comerciais e outras contas a cobrar.</b>	<b>1.651,60</b>	<b>0</b>	
5. Activos por imposto corrente	1.651,60	0	
<b>IV. Investimentos em empresas do grupo e associados a curto prazo</b>	<b>27.845,19</b>	<b>16.166,23</b>	<b>72,2%</b>
2. Créditos a empresas.	18.447,93	16.166,23	14,1%
3. Valores representativos de dívida	9.397,26	0	
<b>VII. Efectivos e outros activos líquidos equivalentes.</b>	<b>2.090,83</b>	<b>4.377,22</b>	<b>-52,2%</b>
1. Tesouraria.	2.090,83	4.377,22	-52,2%
<b>Total Activo</b>	<b>2.204.438,12</b>	<b>859.543,71</b>	<b>156,5%</b>

Dados em milhares de euros

<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO</b>	<b>Dez-09</b>	<b>Dez-08</b>	<b>Var (%)</b>
<b>A) PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>	<b>4.370,27</b>	<b>1.276,77</b>	<b>242,3%</b>
<b>A-1) Fundos próprios.</b>	<b>4.370,27</b>	<b>1.276,77</b>	<b>242,3%</b>
I. Capital.	90	90	0,0%
1. Capital escriturado.	90	90	0,0%
III. Reservas.	1.186,77	713,32	66,4%
1. Legal e estatutárias.	18	18	0,0%
2. Outras Reservas.	1.168,77	695,32	68,1%
VII. Resultados do exercício.	3.093,50	473,45	553,4%
<b>B) PASSIVO NÃO CORRENTE</b>	<b>1.475.015,78</b>	<b>841.898,92</b>	<b>75,2%</b>
II. Dívidas a longo prazo.	<b>1.475.015,78</b>	<b>841.898,92</b>	<b>75,2%</b>
1. Obrigações e outros valores negociáveis.	1.475.015,78	841.898,92	75,2%
<b>C) PASSIVO CORRENTE</b>	<b>25.052,07</b>	<b>16.368,01</b>	<b>53,1%</b>
III. Dívidas a curto prazo.	<b>14.410,45</b>	<b>15.784,84</b>	<b>-8,7%</b>
1. Obrigações e outros valores negociáveis.	14.410,45	15.784,84	-8,7%
<b>V. Credores comerciais e outras contas a pagar.</b>	<b>1.244,36</b>	<b>583,17</b>	<b>113,4%</b>
3. Credores vários.	50,5	5,81	769,2%
6. Outras dívidas com as Administrações Públicas.	1.193,86	577,36	106,8%
<b>Total Património Líquido e Passivo</b>	<b>2.204.438,12</b>	<b>859.543,71</b>	<b>156,5%</b>

Dados em milhares de euros

**CONTA DE PERDAS E GANHOS AUDITADA DO EMITENTE A DEZEMBRO 2009 E DEZEMBRO 2008 SEGUNDO O PLANO GERAL CONTABILÍSTICO DE 2008**

<b>PERDAS E GANHOS</b>	<b>Dez-09</b>	<b>Dez-08</b>	<b>Var (%)</b>
OUTROS JUROS E RECEITAS ASSIMILADAS	88.284	46.640	89,3%
DESPESAS FINANCEIRAS E DESPESAS ASSIMILADAS	-87.843	-45.925	91,27%
<b>RESULTADOS FINANCEIROS</b>	<b>441</b>	<b>715</b>	<b>-38,32%</b>
OUTRAS DESPESAS DE EXPLORAÇÃO	-49	-39	25,64%
<b>RESULTADOS DAS ACTIVIDADES ORDINÁRIAS</b>	<b>392</b>	<b>676</b>	<b>-42,01%</b>
RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS	0	0	#DIV/0!
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS</b>	<b>392</b>	<b>676</b>	<b>-42,01%</b>
IMPOSTO SOBRE SOCIEDADES	2.702	-203	-1431,03%
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>3.094</b>	<b>473</b>	<b>554,12%</b>

Dados em milhares de euros

**BALANÇO DO EMITENTE NÃO AUDITADO A SETEMBRO 2010 E 2009 SEGUNDO O PLANO GERAL CONTABILÍSTICO DE 2008**

<b>ACTIVO</b>	<b>Set-10</b>	<b>Set -09</b>	<b>Var (%)</b>
<b>A) ACTIVO NÃO CORRENTE</b>	<b>2.172.850,50</b>	<b>1.277.809,56</b>	<b>70,0%</b>
IV. Investimentos em empresas do grupo e associados a longo prazo.	<b>2.172.850,50</b>	<b>1.277.809,56</b>	<b>70,0%</b>
2. Créditos a empresas.	1.472.850,50	1.277.809,56	15,3%
3. Valores representativos de dívida	700.000,00	0	
<b>B) ACTIVO CORRENTE</b>	<b>32.457,21</b>	<b>18.601,90</b>	<b>74,5%</b>
III. Devedores comerciais e outras contas a cobrar.	<b>-2.528,80</b>	<b>27,27275</b>	<b>-9372,3%</b>
3. Devedores vários.	0,00	0,0535	-100,0%
6. Outros créditos com as Administrações Públicas.	-2.528,80	27,21925	-9390,5%
IV. Investimentos em empresas do grupo e associados a curto prazo	<b>23.054,14</b>	<b>12.333,18</b>	<b>86,9%</b>
2. Créditos a empresas.	13.656,88	12.333,18	10,7%
3. Valores representativos de dívida	9.397,26	0	
VII. Efectivos e outros activos líquidos equivalentes.	<b>11.931,86</b>	<b>6.241,45</b>	<b>91,2%</b>
1. Tesouraria.	11.931,86	6.241,45	91,2%
<b>Total Activo</b>	<b>2.205.307,71</b>	<b>1.296.411,46</b>	<b>70,1%</b>

Dados em milhares de euros

<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO</b>	<b>Set-10</b>	<b>Set-09</b>	<b>Var (%)</b>
<b>A) PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>	<b>4.590,82</b>	<b>1.508,91</b>	<b>204,2%</b>
<b>A-1) Fundos próprios.</b>	<b>4.590,82</b>	<b>1.508,91</b>	<b>204,2%</b>
I. Capital.	90,00	90,00	0,0%
1. Capital escriturado.	90,00	90,00	0,0%
III. Reservas.	4.280,27	1.186,77	260,7%
1. Legal e estatutárias.	18,00	18,00	0,0%
2. Outras Reservas.	4.262,27	1.168,77	264,7%
VII. Resultados do exercício.	220,55	232,13	-5,0%
<b>B) PASSIVO NÃO CORRENTE</b>	<b>2.176.399,20</b>	<b>1.281.502,61</b>	<b>69,8%</b>
<b>II. Dívidas a longo prazo.</b>	<b>1.476.399,20</b>	<b>1.281.502,61</b>	<b>15,2%</b>
1. Obrigações e outros valores negociáveis.	1.476.399,20	1.281.502,61	15,2%
<b>III. Dívidas com empresas do grupo e associadas a longo prazo.</b>	<b>700.000,00</b>	<b>0,00</b>	
1. Empréstimos e outros financiamentos.	700.000,00	0,00	
<b>C) PASSIVO CORRENTE</b>	<b>24.317,68</b>	<b>13.399,94</b>	<b>81,5%</b>
<b>III. Dívidas a curto prazo.</b>	<b>13.382,87</b>	<b>12.111,92</b>	<b>10,5%</b>
1. Obrigações e outros valores negociáveis.	13.382,87	12.111,92	10,5%
<b>IV. Dívidas com empresas do grupo e associadas a curto prazo.</b>	<b>9.397,26</b>	<b>0,00</b>	
<b>V. Credores comerciais e outras contas a pagar.</b>	<b>1.537,55</b>	<b>1.288,03</b>	<b>19,4%</b>
3. Credores vários.	50,50	5,81	769,9%
6. Outras dívidas com as Administrações Públicas.	1.487,05	1.282,22	16,0%
<b>Total Património Líquido e Passivo</b>	<b>2.205.307,71</b>	<b>1.296.411,46</b>	<b>70,1%</b>

Dados em milhares de euros

#### CONTA DE PERDAS E GANHOS DO EMITENTE NÃO AUDITADA A SETEMBRO DE 2010 E 2009 SEGUNDO O PLANO GERAL CONTABILÍSTICO DE 2008

<b>PERDAS E GANHOS</b>	<b>Set-10</b>	<b>Set-09</b>	<b>Var (%)</b>
OUTROS JUROS E RECEITAS ASSIMILADAS	109.514,6	47.653,9	129,8%
DESPESAS FINANCEIRAS E DESPESAS ASSIMILADAS	109.514,6	47.653,9	129,81%
<b>RESULTADOS FINANCEIROS</b>	<b>265,1</b>	<b>273,0</b>	<b>-2,90%</b>
OUTRAS DESPESAS DE EXPLORAÇÃO	-44,6	-40,9	8,98%
<b>RESULTADOS DAS ACTIVIDADES ORDINÁRIAS</b>	<b>220,6</b>	<b>232,1</b>	<b>-4,99%</b>
RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS	0,0	0,0	
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS</b>	<b>220,6</b>	<b>232,1</b>	<b>-4,99%</b>
IMPOSTO SOBRE SOCIEDADES	0,0	0,0	
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>220,6</b>	<b>232,1</b>	<b>-4,99%</b>

Dados em milhares de euros

#### 4. DESCRIÇÃO DO GARANTE

O Banco Popular Español, S.A. foi constituído perante o Notário de Madrid, Sr. José Toral y Sagristá, a 14 de Julho de 1926 sob a denominação “Banco Popular de los Previsores del Porvenir”, sociedade anónima mercantil inscrita no Registo Comercial de Madrid, volume 174, fólio 44, folha 5.458, inscrição 1ª, tendo mudado o seu nome pelo actual em escritura autorizada pelo Notário de Madrid, Sr. José Gastalver Gimeno, datada de 8 de Março de 1947. O Banco Popular Español, S.A., sob a denominação indicada no capítulo anterior, começou a operar no dia 1 de Outubro de 1926, estabelecendo o artigo 2 dos seus Estatutos que a sua duração será por tempo indefinido.

O Banco Popular Español, S.A. é uma sociedade de nacionalidade espanhola, com domicílio social em Madrid, Rua Velázquez nº 34, esquina a Rua Goya nº 35. O telefone de informação geral é 0034 902 30 10 00.

Com respeito à legislação aplicável, o Banco Popular Español, S.A. tem a forma jurídica de sociedade anónima, regendo-se pelo Decreto Real Legislativo 1/2010, de 2 de Julho, pelo que se aprova o texto refundido da Lei de Sociedades de Capital, e a normativa de desenvolvimento. Os Estatutos Sociais do Banco Popular Español, S.A. foram adaptados à Lei de Sociedades Anónimas de acordo com o exigido pelo Decreto Real Legislativo 1564/1989, de 22 de Dezembro, mediante escritura autorizada pelo Notário de Madrid,

Sr. Francisco Javier Díe Lamana, a 31 de Maio de 1990, com o número 783 do seu protocolo, que foi inscrita no Registo Comercial a dia 11 de Junho de 1990, no volume 137 Geral do Livro de Sociedades, fólho 183, folha número M-2.715, inscrição 1.279ª.

Devido à sua condição de entidade financeira está sujeita à supervisão das suas actividades pelo Banco de Espanha, de acordo com a normativa específica das entidades de crédito.

### **BALANÇO DO GARANTE CONSOLIDADO E AUDITADO A DEZEMBRO 2009 E DEZEMBRO 2008 SEGUNDO A CIRCULAR 6/2008**

<b>ACTIVO</b>	<b>2009</b>	<b>2008</b>	<b>Var (%) 2009 - 2008</b>
<b>Caixa e depósitos em bancos centrais</b>	<b>3.748.699</b>	<b>1.859.577</b>	<b>101,59%</b>
<b>Carteira de negociação</b>	<b>1.353.902</b>	<b>1.334.199</b>	<b>1,48%</b>
Depósitos em entidades de crédito	-	-	
Crédito à clientela	-	-	
Valores representativos de dívida	21.953	49.192	-55,37%
Instrumentos de capital	498.065	378.172	31,70%
Derivados de negociação	833.884	906.835	-8,04%
Pró-memória: Prestados ou em garantia	25.091	-	
<b>Outros activos financeiros a vto. razoável com alterações em P e G</b>	<b>416.972</b>	<b>336.666</b>	<b>23,85%</b>
Depósitos em entidades de crédito	-	-	
Crédito à clientela	-	-	
Valores representativos de dívida	296.343	190.636	55,45%
Instrumentos de capital	120.629	146.030	-17,39%
Pró-memória: Prestados ou em garantia	-	-	
<b>Activos financeiros disponíveis para a venda</b>	<b>11.030.058</b>	<b>3.760.410</b>	<b>193,32%</b>
Valores representativos de dívida	10.609.913	3.614.645	193,53%
<b>CONTINUAÇÃO</b>			
Instrumentos de capital	420.145	145.765	188,23%
Pró-memória: Prestados ou em garantia	6.882.320	2.805.781	145,29%
<b>Investimentos creditícios</b>	<b>102.298.399</b>	<b>96.606.802</b>	<b>5,89%</b>
Depósitos em entidades de crédito	7.341.911	4.905.281	49,67%
Crédito à clientela	94.956.488	91.701.521	3,55%
Valores representativos de dívida	-	-	
Pró-memória: Prestados ou em garantia	11.657.726	20.175.786	-42,22%
<b>Carteira de investimento a vencimento</b>	<b>2.266.524</b>	<b>34.854</b>	<b>6402,91%</b>
Pró-memória: Prestados ou em garantia	1.362.339	-	
<b>Ajustamentos a activos financeiros por macro coberturas</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	
<b>Derivados de cobertura</b>	<b>1.469.702</b>	<b>992.626</b>	<b>48,06%</b>
<b>Activos não correntes em venda</b>	<b>2.735.721</b>	<b>1.660.596</b>	<b>64,74%</b>
<b>Participações</b>	<b>56.148</b>	<b>32.151</b>	<b>74,64%</b>
Entidades Associadas	56.148	32.151	74,64%
Entidades Multi-grupo	-	-	
<b>Contratos de seguros vinculados pensões</b>	<b>173.851</b>	<b>182.368</b>	<b>-4,67%</b>
<b>Activos por resseguros</b>	<b>2.792</b>	<b>5.566</b>	<b>-49,84%</b>

<b>ACTIVO</b>	<b>2009</b>	<b>2008</b>	<b>Var (%) 2009 - 2008</b>
<b>Activo material</b>	<b>1.806.836</b>	<b>1.355.443</b>	<b>33,30%</b>
Imobilizado material	562.949	654.444	-13,98%
De uso próprio	562.949	654.444	-13,98%
Cedido em arrendamento operativo	-	-	
Investimentos imobiliários	1.243.887	700.999	77,44%
Pró-memória: Prestados ou em garantia	-	-	
<b>Activo intangível</b>	<b>486.932</b>	<b>546.576</b>	<b>-10,91%</b>
Fundo de comércio	417.650	486.787	-14,20%
Outro Activo intangível	69.282	59.789	15,88%
<b>Activos fiscais</b>	<b>708.531</b>	<b>827.306</b>	<b>-14,36%</b>
Correntes	34.510	319.541	-89,20%
Diferidos	674.021	507.765	32,74%
<b>Resto de activos</b>	<b>735.081</b>	<b>840.911</b>	<b>-12,59%</b>
Existências	413.804	350.730	17,98%
Outros	321.277	490.181	-34,46%
<b>Total Activo</b>	<b>129.290.148</b>	<b>110.376.051</b>	<b>17,14%</b>

Dados em milhares de euros

<b>PASSIVO</b>	<b>2009</b>	<b>2008</b>	<b>Var (%) 2009 - 2008</b>
<b>Carteira de negociação</b>	<b>1.195.636</b>	<b>1.729.742</b>	<b>-30,88%</b>
Depósitos em bancos centrais	-	-	
Depósitos em entidades de crédito	-	-	
Depósitos da clientela	-	-	
Débitos representados por valores negociáveis	-	-	
Derivados de negociação	1.195.636	1.695.180	-29,47%
Posições curtas de valores	-	34.562	
Outros passivos financeiros	-	-	
<b>Outros passivos financeiros a vto. razoável com alterações em P e G</b>	<b>104.172</b>	<b>134.520</b>	<b>-22,56%</b>
Depósitos em bancos centrais	-	-	
Depósitos em entidades de crédito	-	-	
Depósitos da clientela	-	-	
Débitos representados por valores negociáveis	-	-	
Passivos Subordinadas	-	-	
Outros passivos financeiros	104.172	134.520	-22,56%
<b>Passivos financeiros a custo amortizado:</b>	<b>116.448.911</b>	<b>98.957.138</b>	<b>17,68%</b>
Depósitos em bancos centrais	3.131.073	3.644.312	-14,08%
Depósitos em entidades de crédito	20.768.879	10.619.566	95,57%
Depósitos da clientela	59.557.592	51.665.410	15,28%
Débitos representados por valores negociáveis	30.333.821	30.208.172	0,42%
Passivos Subordinadas	1.820.215	1.616.757	12,58%
Outros passivos financeiros	837.331	1.202.921	-30,39%
<b>Ajustamentos a passivos financeiros por macro coberturas</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	
<b>Derivados de cobertura</b>	<b>597.357</b>	<b>414.217</b>	<b>44,21%</b>
<b>Passivos associados a activos não correntes em venda</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	
<b>Passivos por contratos de seguros</b>	<b>1.073.484</b>	<b>931.865</b>	<b>15,20%</b>

<b>PASSIVO</b>	<b>2009</b>	<b>2008</b>	<b>Var (%) 2009 - 2008</b>
<b>Provisões</b>	<b>476.824</b>	<b>474.463</b>	<b>0,50%</b>
Fundo para pensões e obrigações similares	249.009	249.563	-0,22%
Provisões para impostos e outras contingências legais	46.834	41.945	11,66%
Provisões para riscos e compromissos contingentes	176.161	181.515	-2,95%
Outras provisões	4.820	1.440	234,72%
<b>Passivos fiscais</b>	<b>392.543</b>	<b>185.717</b>	<b>111,37%</b>
Correntes	209.628	117.569	78,30%
Diferidos	182.915	68.148	168,41%
<b>Resto de passivos</b>	<b>553.237</b>	<b>490.733</b>	<b>12,74%</b>
<b>Total Passivo</b>	<b>120.842.164</b>	<b>103.318.395</b>	<b>16,96%</b>

Dados em milhares de euros

<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>	<b>2009</b>	<b>2008</b>	<b>Var (%) 2009 - 2008</b>
<b>Juros minoritários</b>	<b>47.779</b>	<b>292.492</b>	<b>-83,66%</b>
Ajustamentos por avaliação	140	84	66,67%
Resto	47.639	292.408	-83,71%
<b>Ajustamentos por avaliação</b>	<b>-15.649</b>	<b>30.770</b>	<b>-150,86%</b>
Activos financeiros disponíveis para a venda	-47.057	9.396	-600,82%
<b>CONTINUAÇÃO</b>			
Cobertura dos fluxos de efectivo	14.151	2.957	378,56%
Coberturas de investimentos líquidos em negócios no estrangeiro	-	-	
Diferenças de câmbio	17.257	24.292	-28,96%
Activos não correntes em venda	-	-	
Entidades avaliadas pelo método da participação	-	-	
Resto de ajustamentos por avaliação	-	-5.875	
<b>Fundos próprios</b>	<b>8.415.854</b>	<b>6.734.394</b>	<b>24,97%</b>
Capital ou Fundo de dotação	133.315	123.574	7,88%
Escriturado	133.315	123.574	7,88%
Menos capital não exigido (-)	-	-	
Prémio de emissão	1.891.462	1.390.128	36,06%
Reservas	5.280.841	4.557.023	15,88%
Reservas (perdas) acumuladas	5.271.090	4.551.213	15,82%
Reservas (perdas) de entidades avaliadas pelo método da participação	9.751	5.810	67,83%
Outros instrumentos de capital	700.000	-	
De instrumentos financeiros compostos	-	-	
Resto	700.000	-	
Menos: Valores próprios	-156.089	-81.128	92,40%
Resultado atribuído à sociedade dominante	766.132	1.052.072	-27,18%
Menos. Dividendos e retribuições	-199.807	-307.275	-34,97%
<b>Total Património líquido</b>	<b>8.447.984</b>	<b>7.057.656</b>	<b>19,70%</b>
<b>Total Património líquido e passivo</b>	<b>129.290.148</b>	<b>110.376.051</b>	<b>17,14%</b>

Dados em milhares de euros

**CONTA DE PERDAS E GANHOS DO GARANTE CONSOLIDADA E AUDITADA A DEZEMBRO 2008 E DEZEMBRO 2007 SEGUNDO A CIRCULAR 6/2008**

	2009	2008	Var (%) 2009-2008
Juros e rendimentos assimilados	5.059.068	6.289.255	-19,56%
Juros e cargas assimiladas	2.236.515	3.753.994	-40,42%
<b>MARGEM DE JUROS</b>	<b>2.822.553</b>	<b>2.535.261</b>	<b>11,33%</b>
Rendimento de instrumentos de capital	7.771	23.839	-67,40%
Resultados de entidades avaliadas pelo método da participação	814	14.356	-94,33%
Comissões recebidas	885.450	1.015.647	-12,82%
Comissões pagas	122.006	151.099	-19,25%
Resultados de operações financeiras (líquido)	356.168	74.484	378,18%
<i>Carteira de negociação</i>	67.442	16.488	309,04%
<i>Outros instrum. finan. a vto. razoável com alterações em perdas e ganhos</i>	572	-10.230	-105,59%
<i>Instrumentos financeiros não avaliados a valor razoável com alterações em P e G</i>	318.153	49.522	542,45%
<i>Outros</i>	-29.999	18.704	-260,39%
<i>Diferenças de câmbio (líquido)</i>	48.339	54.229	-10,86%
Outros produtos de exploração	286.043	250.380	14,24%
<i>Receitas de contratos de seguros e resseguros emitidos</i>	180.445	141.735	27,31%
<i>Vendas e receitas por prestação de serviços não financeiros</i>	40.769	39.333	3,65%
<i>Resto de produtos de exploração</i>	64.829	69.312	-6,47%
<i>Outras cargas de exploração</i>	230.962	160.327	44,06%
<i>Despesas de contratos de seguros e resseguros</i>	160.824	118.477	35,74%
<i>Variação de existências</i>	26.157	-	-
<i>Resto de cargas de exploração</i>	43.981	41.850	5,09%
<b>MARGEM BRUTA</b>	<b>4.054.170</b>	<b>3.656.770</b>	<b>10,87%</b>
Despesas de Administração	1.188.456	1.215.770	-2,25%
Despesas de pessoal	792.053	818.142	-3,19%
Outras despesas gerais de administração	396.403	397.628	-0,31%
Amortização	104.086	100.786	3,27%
Dotações a provisões (líquido)	-13.478	29.515	-145,66%
Perdas por deterioração de activos financeiros (líquido)	1.752.394	998.162	75,56%
Investimentos creditícios	1.520.037	905.174	67,93%
Outros instrumentos financeiros não avaliados a valor razoável	232.357	92.988	149,88%
<b>RESULTADO DA ACTIVIDADE DE EXPLORAÇÃO</b>	<b>1.022.712</b>	<b>1.312.537</b>	<b>-22,08%</b>
Perdas por deterioração do resto de activos (líquido)	207.600	15.242	1262,03%
Fundo de comércio e outro activo intangível	64.208	-	-
Outros activos	143.392	15.242	840,77%
Ganhos (perdas) na baixa de activos não classificados			
como não correntes em venda	458.162	233.020	96,62%
Diferença negativa em combinações de negócio	-	-	
Ganhos (perdas) de activos não correntes em venda			
não clasif. como Op. Interrompidas	-200.368	-69.295	189,15%
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS</b>	<b>1.072.906</b>	<b>1.461.020</b>	<b>-26,56%</b>
Imposto sobre benefícios	292.559	390.343	-25,05%
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO PROVENIENTE DE OPERAÇÕES CONTINUADAS</b>	<b>780.347</b>	<b>1.070.677</b>	<b>-27,12%</b>
Resultado de operações interrompidas (líquido)	-	40.023	

	2009	2008	Var (%) 2009-2008
<b>RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>780.347</b>	<b>1.110.700</b>	<b>-29,74%</b>
Resultado atribuído à Sociedade Dominante	766.132	1.052.072	-27,18%
Resultado atribuído a juros minoritários	14.215	58.628	-75,75%

Dados em milhares de euros

### **BALANÇO DO GARANTE CONSOLIDADO E AUDITADO A SETEMBRO 2010 E 2009 SEGUNDO A CIRCULAR 6/2008**

<b>ACTIVO</b>	<b>Set-10</b>	<b>Set-09</b>	<b>Var (%)</b>
Caixa e depósitos em bancos centrais	702.025	1.428.083	-50,84%
Carteira de negociação	1.467.548	1.501.101	-2,24%
Outros activos financeiros a vto. razoável	478.117	376.383	27,03%
Activos financeiros disponíveis para a venda	11.765.327	10.370.267	13,45%
Investimentos creditícios	100.123.070	99.619.023	0,51%
Crédito à clientela	95.503.990	94.519.502	1,0%
Outros investimentos creditícios	4.619.080	5.099.521	-9,4%
Dos depósitos interbancários	349.653	191.959	82,2%
Carteira de investimento a vencimento	4.296.784	2.227.339	92,91%
Ajustamentos a activos financeiros por macro coberturas	-	-	
Derivados de cobertura	1.215.811	1.360.119	-10,61%
Activos não correntes em venda	2.875.299	2.556.533	12,47%
Participações	169.197	55.920	202,57%
Contratos de seguros vinculados a pensões	164.242	172.972	-5,05%
Activos por resseguros	3.258	6.127	-46,83%
Activo material	1.969.258	1.681.046	17,14%
Activo intangível	658.845	520.762	26,52%
Activos fiscais	976.201	720.259	35,53%
Resto de activos	1.522.177	799.612	90,4%
<b>Total Activo</b>	<b>128.387.159</b>	<b>123.395.546</b>	<b>4,0%</b>

Dados em milhares de euros

<b>PASSIVO</b>	<b>Set-10</b>	<b>Set-09</b>	<b>Var (%)</b>
Carteira de negociação	1.347.120	1.718.882	-21,63%
Outros passivos financeiros a vto. razoável	131.687	93.632	40,64%
Passivos financeiros a custo amortizado	115.262.060	110.449.696	4,36%
Passivos de entidades de crédito	19.170.112	18.674.162	2,7%
Dos que depósitos interbancários	3.076.967	1.861.093	65,3%
Depósitos da clientela	69.689.173	57.345.960	21,5%
Débitos representados por valores negociáveis	23.648.431	31.395.557	-24,7%
Passivos Subordinadas	1.859.115	1.999.809	-7,0%
Outros passivos financeiros	995.215	1.034.208	-3,8%
Ajustamentos a passivos financeiros por macro coberturas			
Derivados de cobertura	889.789	491.513	81,03%
Passivos associados a activos não correntes em venda			
Passivos por contratos de seguros	1.078.523	1.058.616	1,88%
Provisões	410.635	470.883	-12,79%

<b>PASSIVO</b>	<b>Set-10</b>	<b>Set-09</b>	<b>Var (%)</b>
Passivos fiscais	524.520	434.254	20,79%
Resto de passivos	364.749	774.705	-52,92%
<b>Total Passivo</b>	<b>120.109.069</b>	<b>115.492.181</b>	<b>3,91%</b>

Dados em milhares de euros

<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>	<b>Set-10</b>	<b>Set-09</b>	<b>Var (%)</b>
Juros minoritários	45.049	44.326	1,63%
Ajustamentos por avaliação	-453.998	28.505	-1692,70%
Fundos próprios	8.265.615	7.279.342	13,5%
<b>Total Património líquido</b>	<b>8.278.090</b>	<b>7.903.365</b>	<b>4,7%</b>
<b>Total Património líquido e passivo</b>	<b>128.387.159</b>	<b>123.395.546</b>	<b>4,0%</b>

Dados em milhares de euros

### **CONTA DE PERDAS E GANHOS DO GARANTE CONSOLIDADA E NÃO AUDITADA A SETEMBRO DE 2010 E 2009 SEGUNDO A CIRCULAR 6/2008**

	<b>Set-09</b>	<b>Set-08</b>	<b>Var (%)</b>
Juros e rendimentos assimilados	3.095.891	3.972.123	-22,06%
Juros e cargas assimiladas	1.200.835	1.852.606	-35,18%
<b>MARGEM DE JUROS</b>	<b>1.895.056</b>	<b>2.119.517</b>	<b>-10,59%</b>
Rendimento de instrumentos de capital	8.294	5.401	53,56%
Resultados de entidades avaliadas pelo método da participação	-661	418	-258,13%
Comissões líquidas	558.615	578.995	-3,52%
Resultados de operações financeiras (líquido)	107.261	243.488	-55,95%
Diferenças de câmbio (líquido)	39.614	34.446	15,00%
Outros produtos de exploração	234.714	198.309	18,36%
Outras cargas de exploração	177.520	156.372	13,52%
<b>MARGEM BRUTA</b>	<b>2.665.373</b>	<b>3.024.202</b>	<b>-11,87%</b>
Despesas de Administração	892.691	878.956	1,56%
Despesas de pessoal	584.426	591.167	-1,14%
Outras despesas gerais de administração	308.265	287.789	7,11%
Amortização	69.713	76.725	-9,14%
<b>MARGEM TÍPICA DE EXPLORAÇÃO (RESULTADO ANTES DE PROVISÕES)</b>	<b>1.702.969</b>	<b>2.068.521</b>	<b>-17,67%</b>
Dotações a provisões (líquido)	-29.682	-25.431	16,72%
Deterioração de activos por risco de crédito	1.035.974	1.094.784	0,053718359
Deterioração resto de activos	493.784	405.999	
Resultado de activos em venda (líquido)	519.449	324.477	
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS</b>	<b>722.342</b>	<b>917.646</b>	<b>-21,28%</b>
Imposto sobre benefícios	190.941	255.591	-25,29%
<b>RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>531.401</b>	<b>662.055</b>	<b>-19,73%</b>
Resultado atribuído a juros minoritários	9.991	10.877	-8,15%
<b>ATRIBUÍDO À SOCIEDADE DOMINANTE</b>	<b>521.410</b>	<b>651.178</b>	<b>-19,93%</b>

Dados em milhares de euros